

Os acertos feitos com Sarney

BRASÍLIA — O feriado bancário de três dias não foi o único acerto do presidente José Sarney com o presidente eleito Fernando Collor de Mello durante os 33 minutos em que conversaram reservadamente, dia 2, no Palácio do Planalto. Eles combinaram também que o último Diário Oficial com atos da atual administração circulará hoje. O de amanhã, dia 15, terá sua edição retardada, devendo ser distribuído entre 17 e 18 horas, para dar tempo de incluir todas as medidas que o novo governo pretende colocar em vigor imediatamente. Com certeza, o DO terá os atos de nomeação dos novos ministros e há uma grande possibilidade de já circular com a reforma administrativa de Collor.

A conversa secreta dos dois presidentes não vazou para ninguém. Collor quis sentir a receptividade de Sarney e não oficializou no primeiro encontro as medidas que gostaria de ver adotadas ainda pelo atual governo. A indicação dos dirigentes do Banco Central foi confirmada na semana passada; através de telefonema do embaixador Marcos Coimbra, futuro secretário-geral da Presidência da República, para o ministro Luís Roberto Ponte, chefe do Gabi-

nete Civil. Na última segunda-feira, sem informar a Ponte do que se tratava, o presidente José Sarney pediu que ele telefonasse a Marcos Coimbra para pedir "confirmação do presidente Collor".

O presidente eleito, acionado por Coimbra, telefonou a Sarney confirmando o feriado bancário. O presidente da República pediu ao ministro Mailson da Nóbrega que fizesse o feriado a partir das 19 horas, porque muitos bancos ficam abertos até as 18 horas. "Foi uma decisão tomada ontem (segunda-feira) e foi mantido extremo sigilo. Nem eu nem o embaixador Marcos Coimbra sabíamos do que se tratava", explica o ministro Luis Ponte, um dos prejudicados com o feriado.

Quanto às possíveis críticas ao presidente Sarney por ter feito o feriado bancário, Ponte diz que, mesmo sem ter os dados sobre as medidas econômicas que serão adotadas, o presidente Sarney não poderia se recusar à cooperação. "Ele não tinha o direito de se contrapor ao desejo do futuro presidente e ser acusado de atrapalhar o programa do novo governo", diz Ponte.